

# Pedagogia do medo : adolescentes em conflito com a lei

## e as propostas de redução da idade penal

Karyna B. Sposato

### 1. Um breve histórico das políticas de atenção à infância e juventude

Toda a história brasileira de organização e funcionamento do sistema de Justiça e de atendimento a adolescentes “infratores” é perpassada por avanços e retrocessos acerca da melhor e mais adequada forma de responder à prática de crimes, questão esta intrinsecamente relacionada com a definição de maturidade, discernimento e, conseqüentemente, de responsabilidade penal.

De modo geral, a organização do sistema de Justiça e atendimento a adolescentes em conflito com a lei demonstra a construção de um *aparato médico-jurídico-assistencial*, cujas funções dividiram-se, ao longo da história, em *prevenção* (vigiar a criança), *educação* (adequar a criança ao trabalho), *recuperação* (reabilitar a criança criminosa) e *repressão* (conter crianças e adolescentes delinquentes). Essas funções revelam a opção do Estado pelo controle e dominação, que reiteradamente foram exercidos sobre as classes populares. No caso específico, aos filhos das classes populares.

O início dessa história tem como ponto de partida as crianças e os adolescentes que viviam nas ruas, e também aqueles abandonados por suas famílias no período da industrialização brasileira e consolidação dos modelos de produção capitalista.

Na época da recém-instaurada República brasileira, crianças e adolescentes pobres começaram a ser identificados como pequenos bandidos, autores dos delitos tipificados como vadiagem, mendicância, prostituição, furtos e roubos.

É interessante observar que as primeiras estatísticas policiais produzidas no período de 1904 e 1906 já contavam com a presença de crianças e adolescentes: 20% eram autores de vadiagem, 17% de embriaguez, 16% de furto ou roubo. A natureza, porém, dos atos praticados por crianças e

adolescentes sempre foi significativamente distinta: os adultos eram responsáveis por 93,1% dos homicídios, para 6,9% praticados por menores de 18 anos.

A situação em um século parece não ter sofrido alterações substantivas. Embora tenhamos vivido um processo de aprofundamento das desigualdades sociais e o padrão da criminalidade violenta também tenha se modificado, dados recentes demonstram que, pelo menos no que diz respeito ao crime de homicídio, nada mudou: em todo o país, 90% dos homicídios hoje são praticados por adultos.

Ainda com referência à perspectiva histórica de intervenção estatal face à criminalidade entre crianças e jovens, vale considerar que foi na década de 1920 que a primeira legislação e o primeiro juizado “para menores” foram criados.

O Código Penal Republicano de 1890 já havia inaugurado o conceito de menoridade, porém sua definição jurídica surge com a categoria “menor” a partir, justamente, do Código de Menores de 1927, para designar as crianças e adolescentes abandonados, pervertidos ou *em perigo de o ser*. A mentalidade dominante entendia que o “abandono moral e material constituía-se em um passo para a criminalidade.”

O termo “menor” é, então, paulatinamente popularizado e incorporado na linguagem comum, e a imputabilidade penal é fixada em 14 anos até a entrada em vigor do Código Penal de 1940, que estabeleceu a inimputabilidade penal para os menores de 18 anos, ou seja, que os adolescentes abaixo dos 18 anos de idade não seriam punidos da mesma forma que adultos quando da prática de infrações penais.

Os dois Códigos de Menores, respectivamente de 1927 e de 1979, não trouxeram grandes inovações. A situação de perigo passou a ser concebida através de uma “doutrina da situação irregular”, que permitiu detenções arbitrárias e sumárias de inúmeras crianças e adolescentes, e concedeu o mesmo tratamento para crianças e adolescentes órfãos, abandonados e infratores. Mais do que isso, permitiu a privação de liberdade de crianças e adolescentes em franca promiscuidade com presos adultos.

É na década de 1960 que surgem as instituições para Recolhimento Provisório de Menores (RPM), precursoras das Unidades de Triagem e Atendimento Provisório (UAPs) da FEBEM/SP, que em 2000 passaram a ser denominadas de Unidades de Internação Provisória (UIPs).

A FUNABEM surge como instrumento político e de propaganda da ditadura militar. Inaugurada no dia 1º de dezembro de 1964, com a atribuição de coordenar uma Política Nacional de Bem-Estar do Menor, inicia e consolida o que se convencionou chamar de “*conhecimento biopsicossocial*”. Como parte das políticas militares, a FUNABEM foi incorporada como Objetivo Nacional, constando do manual da Escola Superior de Guerra.

As ramificações estaduais e municipais deram origem às FEBENS, e é assim que em 1976 é criada a FEBEM/SP, vinculada à FUNABEM.

Ressalte-se que o aparato posto em funcionamento pela FUNABEM/FEBEM funcionou em perfeita sintonia com a Lei de Segurança Nacional e utilizou-se das esferas médica, jurídica e pedagógica para exercer suas funções. Aos médicos restou a tarefa de identificar patologias, aos juristas a busca de mecanismos legais de contenção, e aos pedagogos a definição de desajuste ou desvio de conduta. Todos instrumentos estruturados para conferir legitimidade a um veredicto de periculosidade e punição previamente concebido.

Importa, pois, reconhecer que a consagração da Política Nacional de Bem-estar do Menor se dá com o Código de 1979 e a construção de centros especializados para “menores”, que paulatinamente se constituem em escolas do crime em grandes pavilhões onde impera a lógica constante do controle e da vigilância como “método de funcionamento”.

Mais do que isso, o discurso político sobre o tema na época se traduz na responsabilização do grupo familiar, da religião, hereditariedade e de padrões de comportamento pelo envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade, afastando-se da análise quaisquer considerações sobre o contexto sócio-econômico e político brasileiro.

A acumulação do capital, a concentração do poder, a associação do capital privado e estrangeiro e o declínio do poder aquisitivo do salário mínimo são questões que passam à margem da discussão sobre a “delinqüência infanto-juvenil”, embora a CPI do Menor em 1975 apontasse que 25 milhões de crianças viviam em situação de pobreza absoluta.

Por outro lado, crianças e adolescentes abandonados e desassistidos já eram havia muito tempo identificados como infratores em potencial. A obra “Juventude e Delinqüência, de Maria Cândida Santacargelo, tratava a questão na seguinte perspectiva: “o menor abandonado ou desassistido é

um pré-delinquencial, um marginal embrionário. E a população carcerária em sua maioria se constitui de ex-menores abandonados.”<sup>1</sup>

Essa percepção parece vigorar até nossos dias. Muitos são os estudos que procuram relacionar a institucionalização<sup>2</sup> na infância e adolescência com uma trajetória de vida na criminalidade que culmina na prisão quando adulto. Importaria, no entanto, ultrapassar a mera constatação e dar um salto qualitativo na investigação das causas que favorecem essa trajetória e identificação criminosa nas classes populares.

Vale dizer, ainda, que a privação de liberdade, embora considerada um mal em si mesmo, era apresentada como o único “remédio eficaz” para conter os “pequenos monstros” que, sob o manto da menoridade, tornavam-se cada vez mais indiferentes à lei e, por isso, mais perigosos, viciosos, iniciados no crime.

Se, de um lado, a menoridade estava resguardada da aplicação da lei penal, de outro, sua situação como objeto de estudo e intervenção favoreceu o exercício do poder e do arbítrio sob o nome de *tutela*.

As notícias já não deixavam de apontar as práticas de tortura, espancamentos, violência e franca repressão aos adolescentes privados de liberdade. O discurso da piedade assistencial escamoteava o exercício do controle social sobre grande contingente de jovens.

## **2. A democratização e o Estatuto da Criança e do Adolescente**

A partir de 1985, tem início uma ampla mobilização nacional que reúne 250 mil assinaturas por uma emenda na Constituição. Seu resultado é a introdução dos princípios básicos de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente no texto constitucional de 1988. Tal introdução correspondia ao consenso na comunidade internacional acerca da necessidade de políticas

- 
1. Santarcângelo, Maria Cândida V. *Juventude e Delinquencia*. São Paulo: Editora Ática, 1966.
  2. Termo que caracteriza a experiência de jovens e crianças internados em instituições públicas de abrigamento ou contenção, durante parte de sua infância e juventude.

especiais para a infância e adolescência e ao que posteriormente se constituiu nos princípios inaugurados pela Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.<sup>3</sup>

O tratamento repressivo a condutas anti-sociais ou ilícitas, com a promulgação da Constituição democrática, passou a ser norteado pelo artigo 228 da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer aos menores de 18 anos a sujeição à legislação especial, ou seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O dispositivo constitucional veio respaldar o artigo 27 do Código Penal, que adota a presunção absoluta de inimizabilidade aos menores de 18 anos. Significa que não são passíveis de receber uma sanção penal, e sim uma medida sócio-educativa conforme dispõe hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente.

É, portanto, relevante considerar que a lei 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, teve como antecedente a Campanha Criança e Constituinte, que, a partir da mobilização nacional de diversas entidades da sociedade civil, defendeu uma mudança de paradigma para o estabelecimento das políticas de proteção e atenção às crianças e adolescentes, incluindo neste caso também os infratores a quem se atribuiu a autoria de infrações penais.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 é pioneira no estabelecimento da questão da infância e juventude como prioridade absoluta no ordenamento jurídico brasileiro. Afina-se ao movimento internacional de reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e titulares de proteção integral, inaugurado concretamente pela Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Decorre, portanto, que ao se romper com a doutrina da situação irregular, revogou-se implicitamente o Código de Menores, evidenciando a necessidade de um texto infra-constitucional consoante a normativa internacional e os avanços atingidos pela Carta Magna.

Dois anos depois, o Estatuto da Criança e do Adolescente instrumentaliza a doutrina da proteção integral e sintetiza o pensamento do legislador constituinte a partir de garantias substanciais e processuais destinadas a assegurar os direitos consagrados.

---

3. A Convenção Internacional da Criança é o tratado de maior aceitação por toda comunidade internacional, tendo sido ratificado por 191 países, exceto Estados Unidos e Somália. Foi ratificada pelo decreto 99.710/90 pelo Estado brasileiro, constituindo-se um princípio em vigor no nosso sistema jurídico, através do artigo 5º, parágrafo 2º da Constituição da República.

É inegável, deste modo, a relação intrincada entre a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Contemporâneos ao consenso na comunidade das nações<sup>4</sup> acerca da necessária proteção especial às crianças e adolescentes, ambos caracterizam-se pelo forte teor programático de suas disposições.

O artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente é bastante elucidativo nesse sentido:

*“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais da pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”*

Há, assim, uma ruptura bastante sensível com o antigo direito, ou ainda, com a percepção da criança e do adolescente como objetos da intervenção do Estado. A situação irregular que anteriormente era atribuída às crianças e adolescentes passa a recair sobre a família, o Estado e a sociedade.

Isso justifica a menção, já no início do texto estatutário, à *proteção integral*: princípio que deve nortear toda a interpretação da lei. Mais do que isso, porém, a própria lei não esgota sua operacionalização, que deve ser atingida através de políticas públicas e ações efetivas da sociedade, daí a expressão “outros meios”.

É o que se vê reforçado pelo artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que compromete a família, a sociedade, a comunidade e o Poder Público a

*“assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes.”*

### **3. O conceito de inimputabilidade penal e o princípio da proteção integral**

---

4. Segundo informações oficiais de Semenov (URSS), Manchester (Reino Unido) e Chen Jiang Guo (República Popular da China) durante o XIII Congresso da Asociación Internacional de Magistrados de la Juventud y de la Familia, realizado em Turim ( Itália) no

A partir da democratização brasileira e da entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente, o modelo de intervenção estatal diante da prática de infrações penais por adolescentes (dos 12 anos completos aos 18 anos) está assentado sobre dois conceitos jurídicos: o da inimputabilidade e o da proteção integral.

O instituto da inimputabilidade, reforçado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 228 e previsto no Código Penal Brasileiro desde 1940, conforme o artigo 27, isenta de pena os agentes com desenvolvimento incompleto, sujeitando-os à legislação especial.

A não-incidência do direito penal para os adolescentes é resultado de uma interpretação moderna que conjuga o critério biológico e os critérios de política criminal. A prevenção especial da sanção é atingida através de um conjunto de atividades e serviços que se traduzem no caráter pedagógico das medidas previstas, enquanto que a prevenção geral se obtém através do sentido coercitivo que se apresenta na aplicação de todas as medidas, uma vez que decorrem de um procedimento judicial.

Assim sendo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, vigente há 11 anos, opera a aplicação das respostas estatais diante da violação à lei por parte de adolescentes. Sua interpretação deve valorizar e garantir o princípio da proteção integral, que aparece na forma de condição peculiar de desenvolvimento, conforme artigo 6º da lei:

*“Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se destina, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.”*

Está, portanto, subentendido que, estando o jovem em desenvolvimento de sua personalidade, a resposta do Estado deve cercar-se de mecanismos inclusivos do ponto de vista social e jurídico, que promovam a alteração das condições econômicas e sociais de cada adolescente, permitindo que o crime deixe de representar a única alternativa, ou pelo menos, a mais atraente.

Ocorre que o atual estágio de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente de adequação institucional por parte de entidades ou instituições que executam os programas sócio-educativos, é demasiado incipiente, dando margem a experiências mal sucedidas na tarefa de coibir a prática de infrações pelos adolescentes.

Embora do ponto de vista legal e jurídico a proteção integral constitua uma mudança de paradigma e abordagem da questão, as instituições encarregadas da execução das medidas previstas permaneceram em grande parte nos moldes de instituições totais, ainda sob a égide dos modelos “FUNABEM” e “FEBEM”.

Diante dessa falta de adequação por parte das instituições encarregadas de aplicar a legislação, a lei tem sido responsabilizada por um suposto aumento da prática de crimes por adolescentes e pelo favorecimento da impunidade.

Podemos perceber que ainda existe no imaginário popular a concepção de que a “menoridade”, ou ainda, como hoje denominamos, “a inimizabilidade” dos adolescentes, é causa para o aumento da violência.

A grande distorção está na confusão entre impunidade e inimizabilidade, e também entre penalização e responsabilização. O sistema atual de aplicação de medidas sócio-educativas conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, funda-se na inimizabilidade e na responsabilização. Significa dizer que, embora os adolescentes “criminosos” não sejam alvo de uma pena criminal, são responsabilizados mediante a aplicação de medidas, chamadas sócio-educativas<sup>5</sup> que possuem um duplo sentido: o sancionador e o socializador.

A sócio-educação como finalidade e razão de ser das medidas legais previstas a adolescentes infratores tem por escopo corrigir algo que a própria história da Justiça da infância e adolescência comprovou: os adolescentes envolvidos com a criminalidade são, em sua esmagadora maioria, pessoas que desde a infância estiveram excluídas das políticas sociais básicas.

Talvez seja justamente essa exclusão social e jurídica a principal causa para o envolvimento com o crime, e não fatores pessoais e comportamentais dos jovens, como se procurou afirmar também historicamente através da medicina, psiquiatria e pedagogia.

---

5. Essas medidas são denominadas sócio-educativas e são elencadas taxativamente no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente : advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-



Os aspectos sócio-econômicos parecem ser reforçados quando analisamos o perfil dos adolescentes que se envolvem com a prática de infrações penais nos dias atuais.

Uma pesquisa realizada pelo ILANUD, intitulada “Adolescentes suspeitos e/ou acusados da autoria de atos infracionais na cidade de São Paulo”, analisou 2100 casos de adolescentes apreendidos pela polícia, no período de junho de 2000 a abril de 2001<sup>6</sup>. De acordo com os resultados obtidos, a maior parcela dos jovens encaminhados para Unidade de Atendimento Inicial da FEBEM/SP (unidade de recepção na fase de conhecimento do processo sócio-educativo) foi acusada de crimes contra o patrimônio: roubo (31,2%) e furto (14,7%) são as modalidades mais frequentes nesta categoria, perfazendo um total de 45,8% das acusações ou representações. No que tange aos crimes contra a vida, estes representam 10,4% do total de crimes que ensejaram a acusação, sendo 6,9% de lesão corporal, 2,1% de ameaça e 1,4% de homicídios.

A maioria dos jovens encontrava-se na faixa etária de 15 a 17 anos de idade. A faixa modal é a de 17 anos, onde se concentravam mais de um terço dos adolescentes (33%). Esta faixa de concentração é a mesma que se verifica dentre os adolescentes já em cumprimento de medidas sócio-educativas. Na FEBEM/SP, dados de março de 1999 demonstravam 34,2% dos adolescentes em internação e internação provisória com 17 anos, e a faixa de 15 a 17 anos representava 69% do total de jovens privados de liberdade.

A maior parte dos adolescentes apreendidos pela polícia no período mencionado reside em bairros pobres e periféricos da capital, como Itaquera, Guaianazes, Sapopemba, Santo Amaro e Vila Nova Cachoeirinha. A zona leste apareceu em 1º lugar como região de origem dos jovens, com 34,1% das ocorrências, e a zona sul ficou em 2º, com 30,4%, segundo nossas entrevistas.

---

liberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer das medidas protetivas previstas no artigo 101, I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. A pesquisa realizada pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD resultou dos programas de orientação jurídica a adolescentes acusados ou já em cumprimento da medida de internação pela autoria de atos infracionais na capital de São Paulo. Respectivamente “Atendimento Inicial – garantia de defesa ao adolescente” e “Defensor ao seu lado”, os programas desenvolvidos pelo ILANUD em parceria com a Procuradoria de Assistência Judiciária –seção Infância e Juventude e mediante convênio com a Febem/SP viabilizavam uma ampliação da defesa técnica prestada aos jovens através da participação de recém-bacharéis e estagiários de direito. Permitiram ainda um levantamento estatístico diferenciado, tendo em vista que a amostra não se restringiu a adolescentes privados de liberdade, mas abrangeu parcela significativa de adolescentes acusados ou suspeitos no período, o que em última instância permitiu uma desmistificação do perfil do adolescente em conflito com a lei.

O mesmo levantamento de 1997, realizado pelo ILANUD na Costa Rica, demonstrou que a maioria dos adolescentes de sexo masculino privados de liberdade no país é oriunda de famílias de baixa renda, 63% das quais com renda fixa mensal inferior a um salário mínimo. Em se tratando das meninas, a situação não é muito diferente, 48,5% delas estão nessa mesma faixa de renda familiar.

Dentre os apreendidos e não-liberados, a pesquisa mencionada constatou, a partir das informações prestadas pelos próprios adolescentes, uma organização bastante diferenciada do núcleo familiar. Dentre os jovens entrevistados, 1/3 conheciam seus pais, e 11% não possuíam convivência com as mães. Com relação aos apreendidos, de um modo geral metade deles não estava freqüentando a escola (50,7%) ou trabalhando (47,9%) no momento da entrevista.

Fica evidente, portanto, que a suspeita, ou mesmo a prática, de atos infracionais por esses jovens revela muitas vezes a exclusão social e a marginalização a que são submetidos, impedindo conseqüentemente a realização plena de seus direitos, antes mesmo do cometimento de uma infração penal.

É o que se constata e confirma através dos dados nacionais e estaduais sobre escolaridade dos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas. Em 1997, apenas 3,96% dos adolescentes cumprindo sentenças judiciais no Brasil haviam concluído o ensino fundamental, e no estado de São Paulo, na FEBEM/SP, 91% dos jovens não havia terminado o primeiro grau.

Essa questão também foi abordada no Relatório do UNICEF, *Situação da infância no mundo*, que demonstrou a existência de 1,9 milhões de jovens entre 15 a 24 anos analfabetos no Brasil.

O censo de 1998 do IBGE apontou que a média nacional de analfabetismo era de 14%, sendo esta a mesma entre os jovens de 15 a 17 anos.

A baixa escolaridade, assim como as dificuldades de inserção no mercado de trabalho para os jovens, têm correspondência no perfil etário da população carcerária do país. Um terço dos presos está na faixa etária dos 18 aos 25 anos, a formação desses presos é idêntica a dos jovens brasileiros de 15 a 19 anos: 82% têm menos de oito anos de estudo, segundo o censo Penitenciário do Estado de São Paulo de 1996 e a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do IBGE) de 1995. A falência da instituição escola como espaço de socialização e construção da cidadania, portanto, não pode passar à margem de uma análise sobre a prática de infrações penais por adolescentes. Incapaz de responder às demandas atuais da juventude, a escola muitas vezes se transforma em

mais um mecanismo de controle e repressão, pois as dificuldades em abordar problemas disciplinares dentro da proposta pedagógica comumente conduzem a práticas repressivas e estigmatizantes dos adolescentes, que são rotulados como “problemas” dentro da escola.

O artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente menciona não só o direito de acesso à educação, como também à permanência na escola. A segregação pedagógica nesse sentido pode ser concebida como um dos fatores decisivos para o ingresso de adolescentes na criminalidade.

Embora os dados colhidos entre os adolescentes apreendidos no período de junho de 2000 a abril de 2001 apontem também que metade deles não estava trabalhando na data da entrevista, e portanto na data de apreensão, sabe-se que grande parte desses jovens desenvolve atividades no mercado informal de trabalho, “bicos” ou ainda atividades esporádicas.

Entre os que afirmaram estar trabalhando, houve justamente uma predominância nítida dessas profissões e ocupações informais, como cobradores de lotação (13,6%), ajudantes gerais (10,1%), ajudantes de pedreiro (9,8%), vendedores (8,4%), feirantes (5,3), office-boys (4,7%) e outras do mesmo tipo. A maioria absoluta dos que não estavam trabalhando (92,1%) declarou já ter trabalhado alguma vez, quase sempre em ocupações como as descritas acima.

Sendo assim, também a profissionalização é um direito do adolescente acima dos 14 anos que não tem sido respeitado. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza formação técnico-profissional aos adolescentes, o que significa estudos de caráter técnico e a aquisição de conhecimentos e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões, como parte integrante do sistema geral de educação.

Tal formação técnico-profissional seria ingrediente indispensável para a superação da marginalidade e exclusão social de muitos jovens. Diferencia-se radicalmente da mera instrução para o trabalho e da exploração do trabalho infanto-juvenil.

De acordo com os dados mais recentes divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 20 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos trabalham em condições de risco e exploração na América Latina.

Por fim, uma análise dos boletins de ocorrência que fundamentaram as apreensões pela polícia também indica que a natureza dos atos infracionais, majoritariamente contra o patrimônio, são de baixa ou média gravidade. Nos casos de roubos e furtos, o tipo e o valor dos objetos subtraídos, bem como a arma utilizada no caso dos roubos, denotam baixa gravidade e até mesmo que a

prática de crimes para muitos adolescentes é episódica. É interessante notarmos que freqüentemente estão envolvidos valores irrisórios nos furtos e roubos perpetrados por jovens, mas que acabam sendo considerados de maior gravidade pelo uso de arma de fogo. Em 91,3% dos casos analisados, os valores envolvidos nos furtos e roubos foram inferiores a R\$ 1726,00 (um mil, setecentos e vinte e seis reais), que é aproximadamente o custo de internação mensal de um jovem na FEBEM/SP. A lista de bens furtados ou roubados incluem casos de subtração de um CD, caixas de iogurte, cartela de pilhas, maços de cigarro, estojo de lápis, cadernos e outros bens do mesmo tipo. O problema está em que, apesar do valor irrisório – muitas vezes inferior ao custo de manutenção mensal de um adolescente na FEBEM – em 86% das vezes houve a utilização de arma de fogo para o cometimento do roubo e em 9,6% uma arma de brinquedo, complicando sobremaneira a situação do jovem suspeito perante a justiça.

Diante das tais constatações, parece-nos que o princípio da proteção integral adquire o caráter de grande norteador das políticas para a prevenção da criminalidade entre os jovens. E, no mesmo sentido, a inimputabilidade penal se constitui em critério de política criminal para um verdadeiro Estado social e democrático de direito.

As persistentes propostas de redução da idade penal representam, nesse cenário, uma opção perversa pela criminalização da pobreza e da exclusão. Mais do que isso, colocam-se na contramão da história e impõem uma contradição nos termos da questão: como educar para a liberdade utilizando-se da prisão?

Cerca de 60% dos países do mundo adotam a idade penal aos 18 anos. Aqueles que possuem idade penal inferior a 18 anos estão revendo suas leis, a fim de adotar a maioridade penal para 18 anos ou mais, como é o caso da Alemanha e Espanha. Ademais, o Seminário Europeu das Nações Unidas sobre o Bem-Estar Social estabeleceu que, para efeitos penais, a idade da responsabilidade não deve ser fixada abaixo dos 18 anos.

#### 4. CONCLUSÃO: A REDUÇÃO DA IDADE PENAL?

A redução da idade penal, tema recorrente no debate público, tem como fundamento a crença de que a repressão é o melhor remédio ao “fenômeno da violência”. Traduz a ideologia da “lei e da

ordem”, em total contradição aos avanços que a humanidade tem atingido no respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa.

Tratar o adolescente como responsável pelo clima de violência e insegurança social é encontrar um bode expiatório para o perverso modelo de exclusão social em que vivemos. Funciona como uma cortina de fumaça que desvia a atenção da opinião pública das causas reais da violência, que são o desemprego, a impunidade, a corrupção, a desigualdade social, a não-responsabilização do Estado, da escola e da sociedade no atendimento à criança e ao adolescente.

Também corresponde a conferir ao Direito Penal e à punição a grande tarefa de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e portanto menos violenta, deixando de considerar que o Direito Penal tem um caráter subsidiário e que somente deve ser acionado quando todos os demais mecanismos de controle social já tiverem sido utilizados.

Acreditar ainda que a aplicação de penas mais severas é o recurso adequado para a prevenção da criminalidade é render-se ao falacioso exercício da pura intimidação. Prevenção e repressão não são sinônimos. A prevenção à criminalidade está diretamente associada à existência de políticas sociais básicas. Não é a severidade da pena que previne a criminalidade, mas sim a certeza de sua aplicação e sua capacidade de inclusão social.

No caso de nossos adolescentes a necessidade de inclusão e educação é flagrante, e, por conseguinte, a redução da idade penal implica a real redução das condições de inserção na sociedade. Implica sobretudo retroceder e optar pela pedagogia do medo. Sem perspectivas ou indiferentes, nossos jovens seriam educados pelo medo, e certamente temeriam seu próprio futuro. Quando discutimos a redução e o rebaixamento da idade penal, estamos na realidade diante da opção política de construir prisões ou escolas para nossos jovens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

ASSIS, Simone Gonçalves de. *Traçando caminhos numa sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro / Brasília: FIOCRUZ – CLAVES / UNESCO / DCA / Ministério da Justiça, 1999.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 1992.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*. 3. ed. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Censo penitenciário de 1997*. Brasília: Secretaria de Justiça / Departamento Penitenciário Nacional, 1998.

\_\_\_\_\_. *Censo penitenciário de 1995*. Brasília: Secretaria de Justiça / Departamento Penitenciário Nacional, 1996.

CURY, Munir (Org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado*. Comentários jurídicos e sociais. 3. ed. São Paulo: Ed. Malheiros Editores, 2000.

DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

FARIA, José Eduardo. *Direito e economia na democratização brasileira*. 1. ed. São Paulo: Ed. Malheiros Editores Ltda, 1993.

FIANDACA, Giovanni. *O bem jurídico como problema teórico e como critério de política criminal*. In: REVISTA DOS TRIBUNAIS. *Fascículo de Direito Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p.409-439, 2000.

GARCIA MENDEZ, Emilio. *Infância e cidadania na América Latina*. São Paulo: Hucitec / IAS, 1998.

\_\_\_\_\_. Breve histórico dos direitos da criança e do adolescente. In: FIGUEIROA, Ana Cláudia (Coord.). *Da situação irregular às garantias processuais da criança e do adolescente*. São Paulo: CBIA / Cedeca-ABC, 1994.

KAHN, Túlio, SPOSATO, Karyna. Paz nas escolas. *Revista do Ilanud*, São Paulo: Imesp, n. 18., 2001.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária USU, 1997.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade* (1964-1979). São Paulo: IBCCRIM, 2001.

SANTARCÂNGELO, Maria Cândida V. *Juventude e Delinquencia*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SHECAIRA, Sérgio Salomão, CORRÊA JÚNIOR, Alceu. *Pena e Constituição – Aspectos relevantes para a sua aplicação e execução*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

SILVA PEREIRA, Tânia da. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1996.

SILVA, Roberto da. *Os filhos do governo. A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

SPOSATO, Karyna Batista. O jovem: conflitos com a lei. A lei: conflitos com a prática. *Revista do IBCCRIM*, n. 30, 2000.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Liberdade assistida. Uma polêmica em aberto*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, 1994.

TIFFER SOTOMAYOR, Carlos. Prevenção e delinquência juvenil. *La Nacion*, San José, p.15, 28 set. 1997.

VOLPI, Mário. *Os adolescentes e a lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização*. Brasília: ILANUD / Programa Justiça Penal Juvenil e Direitos Humanos – ILANUD Costa Rica / Comissão Européia, 1998.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Política criminal latinoamericana. Perspectivas e Disyuntivas*. Buenos Aires: Editorial Hammurabi, 1982.

## **Resumo**

*O artigo resume parte da pesquisa que a autora vem desenvolvendo para sua dissertação de mestrado, no Departamento de Direito Penal da Universidade de São Paulo. Através de uma análise histórica do tratamento dispensado a jovens “infratores” e das legislações correspondentes, é possível constatar a construção de um sistema específico marcado por um aparato médico-jurídico-assistencial tendente ao controle e à repressão.*

*Com o advento da Constituição de 1988, e posteriormente a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, há uma profunda mudança de paradigma e a consagração de princípios especiais, como a proteção integral.*

*No entanto, é destacada a distância entre a letra do Estatuto e a realidade do tratamento que ainda vigora em certas instituições que lidam com os adolescentes em conflito com a lei, discutindo-se também a necessidade de adequação das instituições e sobretudo a concepção de políticas sociais para a juventude, única via efetiva para a prevenção da criminalidade entre aqueles que desde a tenra infância são submetidos a sistemáticas violações de direitos e privação de serviços sociais básicos.*

*Por fim, questiona-se a alternativa de diminuição da idade penal como solução plausível à questão do envolvimento de jovens com a criminalidade, na medida que funcionaria como reforço da exclusão e marginalização desta parcela da população e implicaria desde logo em redução das condições objetivas de reinserção social, impedindo uma sociedade mais pacífica e igualitária, especialmente para as futuras gerações.*